

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DA
GUARDA REALIZADA NO DIA 11
DE NOVEMBRO DE 2019 -----**

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, nesta cidade da Guarda, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões ao efeito destinada reuniu a Câmara Municipal da Guarda com a presença dos seguintes elementos: -----

Carlos Alberto Chaves Monteiro, Presidente, Sérgio Fernando da Silva Costa, Maria Lucília Neves Pina Monteiro, Victor Manuel dos Santos Amaral, Cecília D'Ascensão Escalreira Cardoso Amaro, Eduardo Mendes de Brito e Ana Cristina Gonçalves das Neves Marques Correia, Vereadores. -----

ABERTURA

Verificada a existência de quórum o senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram quinze horas e dezanove minutos, tendo seguidamente colocado à votação a ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Antes da Ordem do Dia, eu queria fazer referência a alguns assuntos, designadamente o Dia da Cidade cujo programa eu trago aqui a esta Câmara. Terá início às 10h30, no dia 27 de novembro, com o Hastear da Bandeira na Praça do Município. Às 10h45 temos a Sessão Solene Comemorativa dos 820 Anos da Cidade que se conta com a atribuição Foral à Cidade da Guarda. Por volta do meio-dia, a assinatura do Auto de Consignação e lançamento da primeira pedra da obra dos Passadiços do Mondego, que será realizado no paredão da Barragem do Caldeirão. Pelas 14h00, existirá um torneio aberto de multiactividades à Cidade da Guarda no Pavilhão Desportivo e Municipal

de S. Miguel. À mesma hora será inaugurado Parque de Merendas da Quinta da Taberna, em Videmonte. Às 15h30, a inauguração das obras de requalificação do Largo do Rossio no Codeceiro. Às 16h30 a inauguração das obras de requalificação do Largo da Junta de Freguesia do Porto da Carne e zona envolvente. Às 18h30 a ligação da iluminação de Natal no Largo João de Almeida e, pelas 21h30, podemos assistir ao Concerto dos The Gift no Grande Auditório do Teatro Municipal da Guarda.-----

Um segundo ponto, congratular pelo facto de o Município da Guarda subir no ranking dos Municípios, segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. A Guarda ocupa a trigésima sétima posição no ranking global dos Municípios de média dimensão, depois de, em 2017, ter ocupado o nonagésimo primeiro, subindo cerca de cinquenta e quatro posições na lista dos cem melhores classificados globalmente. O Município alcançou ainda a vigésima quarta posição com a maior diminuição de passivo elegível em 2018 e a trigésima primeira posição para maior equilíbrio orçamental. -----

Dar conhecimento que o Município vai avançar com um projeto de salvaguarda do património cultural imaterial do Concelho, sob a égide do tema Carta da Paisagem da Guarda para valorização do património, que vai ser trabalhada pelo Antropólogo Paulo Lima. Paulo Lima é um especialista no trabalho que tem sido realizado ao nível dos patrimónios imateriais mundiais. Aliás, como consta aqui de uma nota que o senhor Vereador da Cultura me transmitiu, entre outros trabalhos, irá produzir um inventário/catálogo de bens culturais imateriais presentes no Município da Guarda. Serão construídos registos das manifestações que poderão ser arquivados em base de dados. Os bens culturais imateriais a inventariar são todos aqueles que as comunidades reconhecem e sejam passíveis de inscrição no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial e será instruído o dossier com

o pedido de inscrição do fabrico do Cobertor de Papa neste inventário. Será instruído um dossier com o pedido à UNESCO de inscrição na lista de património cultural imaterial com necessidade de salvaguarda urgente do fabrico do Cobertor de Papa e do património associado, dando particular ênfase ao património genético e aos domínios associados à pastorícia, relevando também a promoção económica. Este dossier deve estar concluído de forma a apresentar uma candidatura até janeiro de 2021. Como referi, Paulo Lima é uma pessoa reconhecida no meio. Já tratou de vários patrimónios imateriais mundiais e com certeza que fomos buscar também uma das pessoas em quem confiamos, até pelo trabalho realizado, mas também pela sua competência demonstrada ao longo destes anos. -----

Informar que a Guarda vai receber o nono encontro nacional de produtores de mirtilos nos dias 22 e 23 de novembro. São produtores de todo o País. Decorrerá um ciclo de palestras que abordam o tema, a realidade da produção, comercialização e distribuição dos mirtilos no panorama nacional e internacional. A sua 9ª edição, reflete a dinâmica da fileira do mirtilo também neste Concelho, bem como a relevância que tem ganho pelo aumento do número de produtores da área instalada e conseqüente impacto social e económico do setor agrícola. Hoje mesmo vamos também fazer a apresentação e a conferência, conjuntamente com os produtores da Guarda, Agroguarda, para referir as datas em que esse encontro se irá realizar.-----

No dia 27 iremos, na Sessão Solene, homenagear cidadãos da Guarda que se destacaram em várias áreas do conhecimento e das artes, de diferentes atividades económicas e artesanais. Pessoas que, pelo seu esforço, pelo seu trabalho e desempenho, reconhecidos em termos nacionais e internacionais, levam o nome da Guarda a outras paragens e isso merece o reconhecimento da Guarda. Por isso, também sugeria aos senhores Vereadores que se tiverem indicações e propostas a

fazer, nós também iremos acolhê-las no sentido de, não só dignificar ainda mais o dia da Cidade, mas também de todos aqueles que, sendo da Guarda, ultrapassam as fronteiras da cidade e, pelo conhecimento, pelo trabalho demonstrado e pela forma de vida, são um exemplo para a Guarda, para o país e para o mundo. São de facto, em termos genéricos, aqueles predicados que nós temos que elogiar, identificar, valorizar e reconhecer porque não basta, na Guarda, dizermos que somos gente boa. É também importante referi-los porque também somos pessoas competentes e demonstramos essa capacidade através do desempenho variado que cada um desses cidadãos fazem nas suas vidas em prol também deles próprios, mas também da cidade que os viu nascer. Se tiverem propostas, nós também estamos a trabalhar nesse dossier.-----

- **Eduardo Brito, Vereador:** “Não, não temos. A primeira questão tem a ver com esta ideia da Carta da Paisagem, que posso presumir seja para candidatar a Património Imaterial. É para esse efeito? Então, mas qual é o objetivo, qual é a estratégia. Queríamos conhecer, noutra altura, certamente, mas com mais pormenor se há algum documento, se há alguma linha orientadora. Se isto é um trabalho gratuito ou se tem custos.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Tem custos.”-----

- **Eduardo Brito, Vereador:** “Pois, mas é isso que importa clarificar.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Não. O que importa é a importância da ação e da iniciativa. E depois se perguntar nós respondemos.”-----

- **Eduardo Brito, Vereador:** “Já vou daqui a pouco a um tema que se prende com este. Eu sou muitas vezes surpreendido, pela leitura que faço dos jornais da Guarda, por obrigação da função, em que o senhor Presidente não explica tudo, ou melhor, comunica com a Câmara pelos jornais. É evidente que o senhor Presidente tem cinco Vereadores e, aliás, isto hoje está na ordem do dia, se as minorias devem

ter voz ou não. No meu ponto de vista devem ter. O que o Parlamento está a fazer é uma verdadeira vergonha em termos de querer limitar a intervenção daqueles que tiveram poucos votos. Mas parece que aqui, na Câmara, também se segue um bocado essa lógica. A comunicação, isto é, nós sabemos muito pouco da governação da Câmara no órgão e depois temos conhecimento fora. Ora, eu lembro que, sem pôr em causa a legitimidade da maioria, eu lembro que as coisas só valem depois de serem comunicadas no órgão e, portanto, para prestígio da instituição e do próprio órgão, ainda por cima quem goza de uma estabilidade tão forte como é a que existe na Câmara da Guarda sob o ponto de vista político, nem esse problema se põe. Portanto, isto não está bem explicado. Dá a ideia que é interessante, tudo o que seja para valorizar uma cidade. Mas precisamos de conhecer a sua estratégia, o objetivo, para não correrem os riscos do que aconteceu com a Capital Europeia da Cultura. Que dizer, eu acho que errar é uma coisa que acontece a todos. Errar duas vezes já é mesmo por gosto. E portanto deixo esse exemplo de que, sublinhando a importância, assim à primeira vista, de uma iniciativa desta natureza, é importante conhecer um documento, curto, sobre os grandes objetivos, os desígnios, o que é que se pretende fazer para podermos dar algum contributo se o tivermos que dar. Mas também para que não aconteça que, amanhã, saibamos mais pelo jornal do que aquilo que se disse aqui na Câmara. Eu acho que isso tem que ser invertido, porque não beneficia o órgão. Gostaríamos de saber isso e gostaríamos de saber o custo, como é que foi feita a seleção, que pode ser feita por convite, sem qualquer problema nenhum, dado que são matérias de grande subjetividade e aquilo que a maioria quiser convidar não há qualquer obstáculo nesse domínio. Agora, explicar aqui as ideias, direitinho, como deve ser e com grande rigor. Parece-me que isso é absolutamente fundamental para o prestígio da instituição. E aproveito, porque era isso que eu trazia, li também no jornal, já vi que é a principal fonte de informação

para mim e não aqui a Câmara, que a incubadora vai ser nos antigos estaleiros da Câmara e não no Mercado Municipal como parecia resultar do debate que aqui tivemos há poucos dias e daquilo que são os documentos programáticos e políticos da Câmara. Não ficamos satisfeitos com isto. Quer dizer, independentemente se tem mérito ou não, já lá iremos. É esta forma de comunicar. A Câmara é um órgão que deve ser prestigiado. Solidifica-se, dá-se mais força à democracia que o senhor Presidente, ou quem se fizer substituir, explique bem as opções que quer fazer e como as quer fazer. Agora, há quinze dias o senhor Presidente disse que se estavam a preparar as coisas para ser no mercado, como até estamos todos de acordo que era uma excelente ideia. Mas as portas da Câmara fecharam-se, ou melhor, a reunião acabou e lemos depois nos jornais que afinal já não é no mercado municipal e que, por razões económicas, não sei se será isso ou não, será num qualquer edifício antigo da Câmara. Percebi estaleiros mas posso estar a dizer errado. É em algum edifício da Câmara. Ora, eu quero dizer que ambos os edifícios são da Autarquia em que na estratégia, que não existe, repiso aquilo que vimos dizendo em relação a uma valorização mais do centro da Cidade e a localização do mercado é excelente. É um erro. Não se compreende que a Câmara, que goza de boa estabilidade financeira, é assim que diz o anuário, e saudamos sempre que isso acontece, aliás, em relação aos níveis de transparência isso é de sublinhar e nós não deixamos de notar que, nos últimos tempos, a regra passou a ser o concurso público e o ajuste direto passou a ser exceção. Isso é sempre de saudar quando se caminha nesse domínio, não deixo de reconhecer isso e de termos acompanhado, ao longo destes dois anos, o esforço que tem sido feito nesse sentido. Isso, sempre que acontece, é positivo. Mas não percebo que a Câmara não faça uma opção forte em relação a esta matéria e a uma maior envolvência no centro da Cidade, trazendo coisas para o seu miolo que permitam alimentar também outras iniciativas. Mas particularmente

esta que tem muita importância para o lançamento de ideias jovens e de empreendedorismo. E a mudança não nos parece positiva. Mas pronto, fica o benefício da dúvida em relação a isso. E também não me parece muito adequado que se mude com a maior das facilidades. Isto é, não se fala no assunto, anda-se dois anos em que não se diz rigorosamente nada sobre o assunto. Mas depois há um debate na Câmara, reafirma-se essa vontade e, quinze dias depois, sabemos que afinal já não é ali, passa a ir para outro lado. Não é um estilo pelo qual tenhamos apreço, mas também não é a valorização do órgão. Sublinho isso. E depois, gostaríamos de ter, e até se possível antes de ocorrer a Assembleia Municipal para poder facilitar isso aos Deputados Municipais do Partido Socialista, não sei se precisam, se não, mas é sempre um instrumento importante no debate político, eu já tinha falado nisso numa das últimas sessões, é que nos dissessem que projetos estão financiados pela União Europeia, que dinheiro é que falta receber. Tudo o que há neste domínio e que possa dar mais sustentabilidade ao debate através do conhecimento, porque o conhecimento é a única coisa que torna o debate profícuo.” -----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Já agora, senhor Presidente. Eu gostava de fazer uma pergunta, ou levantar uma questão, que é o seguinte. Os transportes públicos da cidade da Guarda, para quando uma requalificação? Eles não estão a servir a população. Se andar nas ruas, no dia a dia é esse contacto que tenho. Se perguntarem à população, principalmente nas freguesias em redor da cidade e mesmo dentro da cidade. E, como tal, gostaria de saber se têm em mente pegar nos transportes públicos a sério e fazer um trabalho que sirva a população. Além disso, também as paragens dos autocarros estão completamente degradadas e não têm horários. E, como tal, era bom um passeio pela cidade. Se calhar, se o senhor Presidente o fizer, vai constatar isso. Eu andei a constatar. Dou os parabéns porque

aqui à porta da Câmara, ou seja, à porta do Tribunal, acho que é o único que tem o horário completo e que está em condições. Mas a maior parte não tem. E numa cidade como a Guarda, quer dizer, eu vou a cidades pequenas e já vemos o tratamento dos transportes públicos mais diferenciado e mais a pensar nas populações. Tal e qual como não há um transporte que entre, por exemplo no inverno, no Hospital. Vai-se a qualquer cidade hoje em dia e o transporte serve, vai ao Hospital buscar as pessoas. Em transportes mais pequenos, acho que sim, se calhar, também era uma boa aposta. Num autocarro elétrico, acho que sim, era também uma aposta e que serviria muito melhor a população da Guarda.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Muito bem. Senhor Vereador Eduardo Brito, não pode só olhar para os jornais, permita que lhe diga isto. Se de facto leu isso no jornal, o jornal é que mentiu. Não desconfie no Executivo porque o respeito pelo órgão, como diz o senhor Vereador, a valorização do órgão é de ambas as partes. E nós não podemos valorizar mais os jornais do que o órgão. Permita-me que lhe diga isto. Porque exatamente mantemos o CIT na parte superior do mercado municipal. Era injusto, era ingrato, era desvalorizar, como disse e muito bem, se nós viéssemos aqui e disséssemos uma coisa e lá fora se apregoasse outra. Nós sabemos o que isso foi no outro mandato. Também um pouco deste. Também um pouco deste em que se diz uma coisa cá dentro e depois, na comunicação social, saía outra. Não é que fosse mentira, os factos é que era outros. Não aqueles que se discutiam cá, mas sim aqueles que eram veiculados na comunicação social é que eram muito mais do que aqueles que se produziam cá dentro. Portanto, não é verdade. A constatação que fez não é verdadeira porque a verdade é que o CIT é na parte superior do mercado. Está na norma do orçamento o CIT, por isso veio essa matéria a ser discutida e nós queremos efetivamente que o Centro de Inovação Transfronteiriço seja feito lá. O que eu disse é uma coisa diferente e aí o senhor

Vereador pode dizer assim: pois, mas não o disse na Reunião de Câmara. O que é que acontece. Nós temos, nas oficinas municipais, um telhado que está em lusalite. Ora, o ACT, as instituições, o sindicato também já nos referiu e os próprios trabalhadores. E nós temos que intervir obrigatoriamente naquele espaço. Também é certo, e eu vou dar aqui já o nome de uma empresa de base tecnológica, de jovens, que são quinze neste momento e eram sete, mas queremos que cresça mais e que nós, de alguma forma, instalámos através dos contactos que temos. Até o Presidente da Câmara Municipal da Guarda é Vice-Presidente da Pró-Raia, onde temos uma empresa, que é a Isobar, mas outras empresas nos pedem espaços. E como nós estamos numa estratégia de executar a obra mas ainda estamos a ver se conseguimos alguns fundos para iniciar o CIT no mercado municipal, ao mesmo tempo que a parte de cima das garagens tem que ser requalificada, fruto deste material prejudicial à saúde. Nós poderemos, numa fase inicial, constituir ali já o Centro de Inovação e quando estiver concluído o verdadeiro Centro de Inovação, as empresas passarão para a parte superior do mercado municipal. É verdade que esta primeira questão, provavelmente eu não a expliquei. Mas daí não se pode depreender, como o senhor Vereador está a depreender, que eu digo uma coisa, desvalorizo o órgão. E que digo uma coisa aqui e que depois vou lá para fora dizer o seu contrário. Não é verdade, como eu demonstrei. O objetivo e a proposta deste Executo é que o CIT seja feito na parte superior do Mercado Municipal da Guarda. Portanto, penso que, nesta matéria, não haverá dúvida de que essa é a intenção de que esse foi o compromisso. E é ali que nós, não só queremos valorizar um edifício que não tem já condições para dar resposta para as finalidades para que foi criado, a parte de cima, apesar da nossa intervenção das obras de conservação, ainda assim percebemos, claramente, que estando no centro e dando mais condições de utilidade e de utilização por parte das empresas, nós temos que intervir

obrigatoriamente nesse espaço com essa finalidade. Portanto, o jornal é uma conclusão do senhor Vereador, que eu respeito. Temos esta convicção plena de que vai ser lá, embora possa iniciá-la, porque é mais rápido fazer ali a obra do que estarmos a fazer naquela que já temos a convicção que vai ser o destino final da incubadora. -----

É evidente que, nesta proposta de fazermos aqui e candidatarmos a património cultural imaterial do Município da Guarda um conjunto de produtos e identitários que tem a ver com a nossa história, com a nossa economia, com as nossas pessoas, quer com a etnografia, nós estamos aqui a dizer à Câmara que já estabelecemos contactos, que temos já indicações e validámos a contratação deste investigador e especialista nesta área, não só na Guarda mas também por todo o país. Mas se forem necessários mais esclarecimentos eu também passo a palavra ao Vereador Vítor que tem o Pelouro. Ele conseguirá, neste momento, ir mais a fundo. Mas com certeza que nós, a seu tempo, a ideia, a estratégia e os objetivos, também podíamos fazer a competência para definir objetivos, a estratégia, a ideia. Mas se temos um especialista vamos contratá-lo efetivamente, vamos dar tempo para que ele elabore este dossier como eu referi quando apresentei este assunto. E com certeza que esse documento também irá ser dado conhecimento a esta Câmara para depois nos pronunciarmos e acrescentarmos, se houver razão para isso, alguma coisa que valorize ainda mais, não só o dossier, mas também esta base de candidatura. Agora, o que é relevante é que nós iniciámos um caminho. Um caminho que foi também por nós delineado e previsto e que o Partido Socialista, ao longo deste tempo, sempre que há algum silêncio nesta matéria: Aqui d'el Rei porque não se faz nada no mundo rural; o que cobertor de papa, como é que é a certificação? Como foi interpelado muitas vezes nesta Câmara e fora dela. Mas cá está o trabalho. É um trabalho de formiguinha. É esta a diferença grande que temos com o Partido

Socialista. O Partido Socialista faz tudo rápido, não sei se faz bem, mas faz tudo rápido. Esse modelo de gestão e de organização foi avaliado. Os próprios membros e representantes do Partido Socialista tiveram essa oportunidade de demonstra: este é o modelo ideal para o desenvolvimento da comunidade. Tiveram o tempo necessário. Agora, este é o nosso modelo. É o modelo mais de formiga. Demoramos mais tempo mas queremos que haja consistência. O senhor Vereador antecipa esta capacidade de uma certa previsibilidade, mas que não tem na sua base os factos, mas a especulação. Portanto, basicamente a especulação e a política. Lá está, dois erros num só. Mas que erros? Na estratégia da candidatura houve algum erro? Nós estamos a falar de projetos que nunca, na história da Guarda, se assumiu como nós estamos a assumir neste Executivo. E o senhor vereador coloca aqui a questão que nasceu um erro primeiro. Não. Não há um erro primeiro porque as ideias e os objetivos estamos a pagar a um especialista para o fazer. Ideia, estratégia e objetivo. Que erro é que há aqui? Pergunte, senhor Vereador, que nós respondemos dentro do que é obrigatório responder e da nossa responsabilidade. Pergunte senhor Vereador e nós iremos responder logo que o nosso investigador tenha esse trabalho realizado. Pergunte senhor Vereador. Que erros são esses de uma candidatura a Capital Europeia da Cultura, onde nós trabalhamos incessantemente. E porque uma andorinha partiu uma asa, Aqui d'el Rei, aqueles que diziam que efetivamente a candidatura, não se acreditava, mas agora acredita-se porque saiu o Coordenador. É um pouco ilógica esta argumentação. Porque saiu um Coordenador agora já temos verdadeiramente em cima da mesa as bases orientadoras da Capital Europeia da Cultura e porque as temos, mas saiu o coordenador e perdemo-las por isso? Que erro é esse? Que erro é esse quando o Partido Socialista comete erros? Ainda agora, como referiu e bem, na Assembleia da República em que não há voz às minorias. Vota-se para não haver voz às

minorias. Que erros? Estou bem ciente daquilo que deve ser o trajeto a seguir para desenvolver esta comunidade. Mas que erros? Se bem que, com os erros, também se aprende. Não sei se o Partido Socialista aprendeu. Mas nós aprendemos também diariamente com os erros. Erramos. Somos humanos e erramos. Mas temos uma preocupação incessante em querer fazer sempre mais e cada vez melhor e olhar para o passado e dizer: temos mais capacidade do que aquilo que se fez no passado. Essa é a nossa linha. É esse o nosso farol, não só na conduta da vida política desta Câmara, mas também naquilo que nós queremos para desenvolvimento da comunidade. Não há erro nenhum, senhor Vereador. Isso é mera especulação. Aliás, é notório esse silêncio ensurdecedor do senhor Vereador e do Partido Socialista porque, na verdade, há duas sessões de Câmara atrás, disse que, quando se conhecer bem a dívida da Câmara, aí sim, vamos ver. Mas não há uma palavra para o Anuário dos Municípios Portugueses. Este silêncio ensurdecedor é que demonstra claramente que há necessidade de ensombrar. Não queremos clarificar. Interessa mais ler as notas de rodapé dos jornais e da rádio para vir dizer: calma. Mas isso vai dizê-lo a seguir, já sabemos. Vai dizer a seguir na Comunicação Social. Mas vamos falar de factos e de factos políticos. Vamos falar de factos também técnicos, validados. Honra se faça, senhor Vereador, reconhece que também na contratação temos feito um esforço. Ai era o que faltava? Como se não estivesse na lei essa opção dos Ajustes Diretos, senhor Vereador. Até por fatores externos? Não, senhor Vereador. Ouça. Nessa matéria, tem aqui alguém que pode ser seu interlocutor que está à vontade para falar do que quiser, como quiser e designadamente para lhe dizer o seguinte. Se quiser fazer Ajustes Diretos, cumprirei a lei. Se quiser fazer Consultas Prévias, cumprirei a lei. Se quiser Concursos Públicos, cumprirei a lei. Não há, nas suas palavras, nem eu entendo assim, alguma dimensão que justificasse que este Executivo está para além da lei,

em primeiro lugar. E, em segundo, que não adapta as modalidades de contratação àquilo que são as necessidades efetivas do Município e, principalmente, àquilo que é a maior e melhor eficiência na gestão da causa pública. É essa a nossa linha. Por isso o Anuário refere que a Guarda, nas cidades médias, tem a posição que tem. Porque há trabalho. Trabalho de formiguinha. Não é aquele trabalho que nós conhecemos há uns anos atrás. É um trabalho que produz os seus resultados mas há que ter paciência. A paciência que o Partido Socialista teve todo o tempo do mundo. Nunca quis, nem acreditou que fosse possível, porque há uma lógica de desvirtuamento do que é a causa pública. Mas, depois, chegamos a determinado momento, porque a história nos ensina, e eu penso que o testemunho dos senhores Vereadores do Partido Socialista, no âmbito desta Câmara e nestes dois anos, tem sido evidente a demonstração de que os resultados aparecem. Há que assumir. Como assumiu e bem porque a democracia é isso. É tocar nos erros quando eles existem mas valorizar quando os resultados também são algo que está ao nosso alcance. Se a política for feita assim, então nós valorizamos o órgão. Estamos alinhados com a estratégia de valorização das pessoas e valorização das comunidades. Agora, se a política quiser ofender estes princípios, ensombrar a realidade, então aí temos um caso sério para resolver e andaremos sempre nesta deambulação, naquilo que é a especulação política, e nunca passaremos disto. Os povos não se governam com especulação e nós demonstrámo-lo bem nestes últimos dois anos. -----

Senhora Vereadora, a questão dos transportes públicos é uma questão recorrente. Mas, antes de mais, eu gostaria, não falei na parte final dos assuntos de antes da ordem do dia, mas queria transmitir o seguinte. Ainda relativamente a um assunto que a senhora Vereadora apresentou, que era a proposta dos parques infantis, designadamente para pessoas com limitação na mobilidade física. Nós, de facto, e

no âmbito do Pelouro do Vice-Presidente, estava a ser feito e existe. Aliás, nós não podíamos, numa semana, fazer o levantamento de todas as situações anómalas que ocorrem nos parques infantis do Concelho. Mas havia uma proposta também apresentada aqui pelo Vice-Presidente da Câmara, Sérgio Costa, que dava nota dessa situação. De um valor e de um conjunto até de outros equipamentos para os quais não podemos ocorrer nos poucos meses que faltam para terminar este ano e também no próximo ano. E esse trabalho, nas reuniões que tivemos nestes quinze dias, foi presente na mesa. Analisámos mas não quisemos trazer a proposta para que também não fôssemos mal entendidos. Eu tinha uma proposta que retirei expressamente da reunião de Câmara até atentando à proposta que, por questões até formais, não foi possível dar sequência. Mas nós temos uma proposta de um levantamento que foi feito e, durante estes quinze dias, para se fazer algo em conjunto, num conjunto de equipamentos que rondam os trezentos e cinquenta e cinco mil euros em parques infantis, onde também temos já a possibilidade de integrar, como estava previsto, a inclusão de equipamentos como referiu na última proposta. Mas não trouxemos hoje à reunião de Câmara porque efetivamente a senhora vereadora tinha tido essa iniciativa. Era trabalho que estava a ser realizado e eu acho que nestes quinze dias iremos então fazer uma proposta onde incluiremos também a sua sugestão que, de alguma forma, também os serviços já tinham referenciado. Iremos dar sequência para que, na próxima reunião de Câmara, possamos aprovar uma proposta conjunta dos interesses da Câmara com aquilo que a senhora Vereadora referiu. -----

Sobre os transportes públicos. Os transportes públicos não é uma questão de semântica. Ou seja, temos que saber o que estamos aqui a discutir. Repare. Nós, há quatro anos atrás, sensivelmente, tínhamos um itinerário de carreiras públicas urbanas. E é disso que tratamos de uma forma mais específica, mas podemos falar

das interurbanas. E na questão das carreiras urbanas houve um pedido da empresa, na altura: quero mais não sei quanto para que faça. Eu próprio estive à frente de uma equipa com os técnicos da Câmara para corrigir as carreiras onde não havia gente e não haver aumento dos preços como a empresa queria. E isso, há quatro anos atrás, nós mantivemos essa situação. Depois fui dizendo que, e aqui o desafio também permanece, este Município está preparado, se houver dez pessoas, em média, para fazer os horários e as carreiras que quiser. O Município da Guarda paga qualquer carreira e qualquer horário que, em média, tenha dez pessoas. Mas isto é um princípio muito genérico. Há uma empresa que se localiza no Outeiro de S. Miguel e nós criámos uma carreira que parava exatamente na Quinta das Covas e pusemos a ir ao Outeiro. Número de pessoas que utilizava? Uma pessoa. Vamos há dois anos ao Instituto Politécnico da Guarda. Um problema que a Associação tornou pública esta questão, de que não havia transportes públicos para o Instituto Politécnico da Guarda. Quando nós chegámos havia uma senhora que trabalhava nos Bombeiros Voluntários da Guarda Egitanenses e era a única pessoa que usava aquela linha da rotunda do centro de emprego para baixo. A única pessoa era a senhora que fazia a limpeza dos Bombeiros Voluntários Egitanenses. E nós tínhamos um autocarro que andou, durante anos, a fazer o transporte dessa senhora. Entretanto, como havia a situação do Instituto Politécnico, nós, desde há dois anos a esta parte, fazemos carreiras regulares nos horários que foram propostos, aceites pela Câmara com a Associação de Estudantes e o Instituto Politécnico da Guarda, onde temos uma média de cinco pessoas por autocarro e horários. Alguns é inferior, outros também podem ser ligeiramente superiores. Gostaríamos aqui da colaboração também dos senhores Vereadores se puderem trazer mais gente, já que estamos a pagar, mais gente para as carreiras. Designadamente do Instituto Politécnico era importante. Temos uma média de cinco pessoas. Como sabe,

estamos a gastar dinheiro dos contribuintes para ter cinco pessoas. Verdadeiramente, qual é a realidade de hoje? Nós contratamos uma empresa, a TIS, para fazer o concurso público internacional. Isso é público, não é de agora. Não é do ano de 2018. Em 2020 queremos que o concurso público internacional dos transportes urbanos da cidade, porque os intermunicipais, e a senhora Vereadora também sabe tão bem como eu, a Viúva Monteiro acabou de subir cem mil euros no valor que cobrava às intermunicipais e suspendeu. E suspendeu porquê? Porque a Câmara da Guarda não queria? Não. Só queria era quase duzentos mil euros, cento e setenta mil euros. Aliás, foi público no jornal que a Câmara, até erradamente, porque a Câmara nunca ficou a dever um euro à Viúva Monteiro. Mas supostamente era cento e setenta mil euros a proposta da Viúva Monteiro para, em agosto passado, fazer os transportes que sempre fez, mas à custa de mais cento e setenta mil euros da Câmara da Guarda. O que é que a Câmara da Guarda fez? Não aceitou e começou a fazer ela própria os transportes dos municípios. Porque se não, eram mais 170 mil. Acha bem.”-----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Eu acho bem que seja a Câmara a fazer. Eu acho que sim, que pode ter um serviço de transportes.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Como sabe, também temos. Houve um valor pedido pela empresa para fazer o transporte para a feira quinzenal. Sabe quem faz esse transporte? É a Câmara da Guarda há mais de dois anos, exatamente porque não quis pagar mais seiscentos euros, mais IVA, por duas quartas-feiras.” --

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Se calhar poupa, se tiver uma rede de transportes públicos municipais. Se só tem cinco pessoas e se for um autocarro elétrico e se andar pela cidade, se calhar até tem mais pessoas. Já agora, também me esqueci de outra questão que é a mudança do horário que há no horário de inverno e no horário de verão. Quando acabam as aulas, há pessoas que não têm.

Há pessoas que se queixam disso mesmo, que no verão não têm os mesmos transportes que têm quando saem dos seus empregos para irem para as suas casas.”

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Traga-me as propostas dessas pessoas. Nós aceitaremos todas as propostas que contribuam. Ganha o Município da Guarda que presta um melhor serviço e ganha a empresa porque também consegue ter mais gente na rede.”-----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Se calhar os autocarros é que são muito grandes para a proporção da população do Concelho da Guarda.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Já lá vamos a essa matéria. Mas eu queria dizer o seguinte. Nessa empresa, a TIS, para o concurso público intencional, nós pagámos um inquérito, um questionário que foi feito ao longo do ano todo de 2019, onde nós temos já a proposta de novos horários, de novas carreiras, a manutenção de algumas e o alargamento a outras áreas. Mas isto é técnico. Quer dizer, vamos ver se, de facto, funcionará. Esse alargamento vai servir de base a um novo concurso público internacional. E isso foi estudado, foi pensado porque há um princípio muito claro. Não basta ser público. Na nossa opinião, tem que ser eficiente, eficaz, dar resposta às pessoas mas ao mínimo custo possível dentro daquilo que são as necessidades das pessoas. Caso contrário, nós gastaremos muito dinheiro para ter uma eficácia na utilização que é mínima. E esse equilíbrio é que é difícil de atingir. De maneira que, no ano de 2020, quando o curso estiver concluído, e eu não posso dizer que é em janeiro, fevereiro ou março, mas será num destes meses, nós já teremos, na base destes transportes públicos, novos horários, novas carreiras, novas áreas. Depois, iremos avaliar se se justifica. Eu tenho acompanhado. E naquela alteração que eu próprio estive à frente, as únicas pessoas que reclamaram foram dezasseis. Eram da Sequeira. E eu pus, na altura, mais dois horários para ao sábado dar apoio às pessoas que estavam na zona da CP

e da Sequeira. Dois horários ao sábado com um custo que foi negociado. Mas foram as únicas pessoas na Guarda que, há quatro anos, se deslocaram à Câmara Municipal da Guarda para discutir transportes. E, no entanto, tem sido recorrente a questão dos transportes. Mas é o diz que disse. Eu já disse aqui duas coisas que parece que não têm relevância. Nós, Câmara, os senhores estarão de acordo connosco com certeza, se trouxermos mais gente, se mais gente andar de transportes públicos numa cidade que nós queremos da saúde, do bom ar, melhor. Mas como é que trazemos? Temos aqui um Instituto Politécnico da Guarda onde estão, neste momento, três mil e duzentos alunos e nós temos uma média de cinco pessoas. Portanto, também há aqui questões que não tem só a ver com a logística, com a infraestrutura. Tem a ver com a adaptabilidade das pessoas a um meio de transporte público. E aí também existe algum trabalho a realizar, que não é só colocar autocarros à porta e depois logo se vê, porque isso custa muito dinheiro. Nós sempre pagámos os passes. O Partido Socialista, quando esteve cá, também pagou os passes. Nós nestes seis anos pagámos os passes. Em 2019, num pedido de cento e setenta mil, este Executivo negociou para noventa mil e estamos a fazer as interurbanas. Vamos ver o que aí vem com os transportes públicos urbanos. Vamos ver o que aí vem. É este equilíbrio que tem que ser pensado. Temos uma candidatura exatamente para valorizar as infraestruturas dos itinerários dos transportes urbanos. Como sabe, o interface vai acontecer onde está hoje uma paragem ao pé do Jardim José de Lemos. Vão ficar duas. Mas esse investimento ainda tem um valor exorbitante e nós temos uma candidatura feita a ver se conseguimos ter algum investimento, quer do ponto de vista da informação eletrónica, quer também do ponto de vista das infraestruturas que tem que ser nosso e não do operador. Nesse sentido, com certeza que será uma evolução que teremos que ter na futura linha de transportes públicos urbanos, que nós queremos que

tenha concretização no ano de 2020. Portanto, não há desatenção quanto a esta matéria. Houve aqui várias soluções que foram sendo aplicadas em função também das necessidades, para além de reorganizações. Duas, uma maior do que a outra naquilo que foi os transportes públicos urbanos. Mas, com certeza, da parte da comunidade, se apresentar carências, se elas... se houver uma pessoa que reclama dos transportes públicos eu não posso por um autocarro para essa pessoa. Vamos colocar na média das dez pessoas e é esse o trabalho que estamos a tentar desenvolver. A questão do Hospital já foi uma questão muito discutida o ir lá dentro. Ela vai às Lameirinhas e também pela rotunda do «G». Não sei como funciona o autocarro com os estacionamento que há dentro. Acho que também há uma questão qualquer, penso que será questões para percorrer o próprio Hospital. Mas essa questão já foi avaliada. Poderei colocá-la e estudá-la melhor com os técnicos, para me dizerem porque é que não se faz dentro do Hospital. Eu acho que há uma razão.”-----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Vou ficar a aguardar pelo tal concurso e pela tal requalificação. Mas, já agora, queria acrescentar o seguinte. Este assunto dos transportes, na minha pessoa, já não é de hoje. Já quando era autarca este problema foi várias vezes debatido com, na altura, o Dr. Vergílio Bento. Portanto, é um assunto que todos os que passam por esta Câmara, sinceramente, dizem sempre todos o mesmo e a situação continua sempre igual.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Eu vou dar-lhe os dados com o aumento na rede dos transportes urbanos. Neste Executivo, com estas alterações, houve um aumento de utilizadores.”-----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Pode ter havido um aumento mas, quanto a mim, continua a não servir. Eu tenho uma funcionária que continua sempre com o mesmo problema. Ela diz que são mais colegas que, por exemplo, no caso do

Hospital, que foi na altura também debatido, que saem à noite. Às 18h00 ou 19h00 já é de noite na cidade da Guarda, no inverno. Tem pouca luz e fazem aquilo com medo. É um assunto que já vem de há muito tempo e eu acho que são coisas tão simples.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Não são tão simples assim. Carecem sempre de um estudo de base técnico adaptável às necessidades. Entenda isso. Mas qual é a má vontade deste Executivo em querer fazer melhor? Não há. É verdade que a pessoa que sai do turno das 20h00, das 21h00 e das 22h00 vai haver uma ou duas que se queixam. Dez pessoas e eu arranjo um autocarro no horário que quiser. Se tiver dez pessoas a queixarem-se do mesmo horário. Fica aqui o compromisso deste Executivo que arranja o horário e o autocarro. Dez pessoas.” -----

- **Eduardo Brito, Vereador:** “Para nós, e para mim em particular, não há temas difíceis e queria começar pelo ranking. Como eu só posso falar do tempo em que sou Vereador, o que está para trás é história. Eu gosto de história mas não me fixo muito no que está para trás. E, nessa altura, o ranking da Câmara da Guarda era péssimo e falámos aqui nessa altura. O senhor Presidente da Câmara de então, que por sinal, não sei por que razão, esta semana veio outra vez à praça pública da Guarda. Presumo que para suprir algumas dificuldades da maioria. Mas isso é apenas a leitura de um observador, não conta aqui para a Câmara. Nessa altura, a maioria desvalorizou completamente esse ranking. Eu não trouxe isso mas posso trazer na próxima sessão. Obviamente que a Câmara, nestes dois anos, melhorou. E o primeiro mérito é da maioria, mas nós também temos. Precisamente pelo facto dos assuntos que trazemos aqui. E quando o senhor Presidente da Câmara diz que pode fazer Ajuste Direto, a gente sabe que sim, que pode fazer. Além do mais, o senhor Presidente é Jurista. Sabe isso melhor do que ninguém. Mas o senhor Presidente também sabe, como eu sei, que há muitos concursos que cumprem a

formalidade e que deixam dúvidas depois na comunidade. Podem não ser dúvidas legais. Eu acho que a Câmara tem feito, nesse aspeto, uma boa evolução. Não estou a dizer que é preciso cometer ilegalidades, não tenho autoridade para o dizer até porque nunca me dediquei a avaliar isso porque não estava cá. Não faz parte das minhas preocupações. Mas a evolução que a Câmara tem feito, sobretudo no plano prático, leva a isso. Porque há muitos, sublinho, aqui, como noutros lados, e ambos sabemos como as coisas são, que há muitos concursos que legalmente e no plano formal está tudo bem, mas que suscitam algumas interrogações. Só isso. Não quero dizer mais nada. E, portanto, sobre essa matéria a evolução que é feita, é feita também porque a chamada oposição dá o seu contributo levantando as questões. Portanto, o mérito é da maioria, como é óbvio, tem mais Vereadores. Mas algum mérito também existe dos Vereador da oposição naquilo que se evoluiu. Eu não li ainda com pormenor, só li as gordas do relatório. Prometo, um dia destes, lê-lo com cuidado. Tudo o que é bom para a Guarda é bom para nós. Sempre disse isso. Depois, em relação à dívida, voltaremos a ela. Aquilo que lá está sobre a dívida e essa parte eu já li, há de ser discutido quando se clarificar a questão das Águas de Portugal. Foi o que nós dissemos. Vamos estar atentos ou vamos esperar até que a Câmara e as Águas de Portugal se entendam. Como sempre também dissemos, com o acordo mais vantajoso possível para a Câmara da Guarda. O que a Câmara entender propor, nunca cá estaremos a dizer: paguem mais. Não. Não pense nisso. Esse não é o meu estilo de fazer política, pelo menos enquanto estivermos cá. E, portanto, sobre essa questão do ranking, ficamos esclarecidos. -----

Depois, sobre a Capital Europeia da Cultura. Nós, quando a proposta aqui foi apresentada, rejubilámo-nos. Lembro-me que citei até que uma cidade fica melhor sempre que fixa para si objetivos muito difíceis. Agora, a história vem-nos dizer, nestes últimos dois anos, que há erros imensos, algum desleixo, alguma incúria em

deixar andar em piloto automático. Isso é verdade. O senhor Presidente aqui tem que ter paciência. Tem a sua verdade, nós temos a nossa. E também lembro que, em democracia, isto evolui muito rápido. Amanhã está aí o senhor Presidente, noutro dia pode estar outro. O único que de certeza não estará sou eu, porque já assumi que não serei candidato. Mas pode estar aí outra pessoa. Portanto, é preciso ter alguma contenção porque a democracia é muito rápida e evolui muito depressa. Há, do nosso ponto de vista. Não é o da maioria, paciência. Mas tem que conviver com esta realidade. Há factos claros, muito claros. E até se explica que a intervenção pública, no meu ponto de vista e vinculo-me só a mim porque nem tive oportunidade de falar com a minha colega, do anterior Presidente da Câmara através de uma entrevista que deu ao Interior, é uma espécie de boia que vem lançar, nesta turbulência em que se vive, para ver se põe o barco um pouco direito. Essa é a minha leitura como analista. Eu li a entrevista cuidadosamente, com atenção. O anterior Presidente da Câmara não é um político qualquer e não faz as coisas só porque lhe deu o impulso de o fazer. Tenho essa consideração intelectual por ele. E, portanto, entendo-a como um auxílio. Digamos que, durante uma semana, a Câmara teve, em vez de cinco Vereadores, teve seis. Durante aquele tempo em que se manifestou a entrevista. Portanto, a Capital Europeia da Cultura. que é uma boa ideia, espero que retomem, isto leva tempo a retomar, mas é marcada por dois anos de erros e de gastos em dinheiro desnecessários. Até que nos deem um relatório do trabalho intelectual para eu ler e se reconhecer que há ali trabalho intelectual, direi, com naturalidade, que não se perdeu tudo. Mas até aqui é o que sabemos. E por isso é que disse que nesta ideia do património, da Paisagem, para não ser uma mera proclamação, dizem-me então que vão contratar uma pessoa que vai definir o que é que se pretende, quais são os objetivos. E então sim, nessa altura discutiríamos. O senhor Presidente tem essa possibilidade de fazer o Ajuste

Direto. Não sei quanto é que custa, espero que o senhor Vereador diga isso aqui na Câmara, quanto é que vai gostar neste estudo. E, depois, então, discutiremos porque até aí são proclamações. E não vale a pena vir com aquela coisa do antigamente. O antigamente são os últimos quatro anos e estes últimos dois. A Guarda perde quando os seus dirigentes políticos se concentram apenas no passado e quando são confrontados com a dureza da realidade. Goste-se ou não, tenha-se razão ou não. E a política é isso, a tendência é sempre atirar para trás. Eu acho que é um erro do senhor Presidente da Câmara. Mas pronto, não posso mudá-lo nesse aspeto. Sigamos em frente. Quero dizer, e é essa a ideia que eu quero transmitir, que o ranking anima-nos. Mas nós demos um contributo muito importante, quer no debate eleitoral que se fez para a Câmara onde este tema foi muito presente, sem questões se dizer que há ilegalidades ou não, porque eu não faço oposições que não domino, nem isso é a minha obrigação enquanto Vereador. Eu sempre tive uma postura muito corretíssima neste domínio. Mas este debate já foi muito tido na campanha eleitoral e eu acho que se reflete no dia a dia da Câmara. Como parte do discurso político desta maioria, particularmente até o Presidente da Câmara anterior se ir embora, muitas das coisas foram repescadas do nosso programa eleitoral. Particularmente, e isso não é mau, na primazia ao emprego, à fixação e pessoas, embora depois não seja acompanhado com atos concretos. Mas guardaremos esse debate para outra altura.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “De facto, eu gostaria de estar de acordo com o senhor Vereador porque sabíamos bem o que é que era o equilíbrio orçamental passado. Quando trazemos o orçamento aqui à reunião de Câmara para ser provado, gostaríamos que os Vereadores do Partido Socialista se revissem nesta política orçamental de execução de 80% a 90%. Verdadeiramente, estar agora a colher os frutos mas chumbando sistemicamente o orçamento e depois vir o

ranking dizer que é o trigésimo primeiro para maior equilíbrio orçamental, e dizer que há proveitos próprios...” -----

- **Eduardo Brito, Vereador:** “Isso é formal, senhor Presidente. Nós discutimos aqui opções políticas. Peço desculpa por interrompê-lo. Pode ter um grande equilíbrio orçamental e ter opções políticas erradas. É o que acontece aqui.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Então tem que dizer na parte do equilíbrio orçamental. E eu gostava de saber em quê que contribuíram com as vossas propostas a não ser nas propostas das opções. Isso é muito genérico num orçamento.” -----

- **Eduardo Brito, Vereador:** “Nós temos um problema político enquanto eu for Vereador na Câmara da Guarda. Quem os eleitores sufragaram para se cumprir foi o programa de V. Exa...” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “E as nossas opções. Como as nossas opções não foram, pelo Partido Socialista, sufragadas, mas agora o resultado das nossas opções estão, entre aspas, sufragadas por este relatório. E depois temos aqui um problema, o senhor Vereador não gosta. Não quer. Não interessa que eu fale do passado. Mas nós estamos aqui a resolver o problema das águas. Quem o criou? Quem o criou, senhor Vereador? Eu perco tempo no sentido de que o senhor Vereador diz que é um erro. Mas isso eu já não consigo tirar a expressão da sua boca. Mas não é um erro. Não é um erro porque a dívida só não está consolidada na sua plenitude porque tivemos um mau acordo do Partido Socialista, ainda nos anos idos de 2010, e infelizmente, com as ações judiciais que foram intentadas ainda pelo anterior Executivo do Partido Socialista e que nunca tiveram uma conclusão, pudessem dar consolidação a esta dívida. O senhor vereador pergunta agora e vem constar que: bem, mas eu quero ver a influência das águas. Quem criou o problema das águas, senhor Vereador? Sabe quem está a pagar as águas desde 2018? É o

atual Executivo que deu instruções para as pagar. O fundo que existia, quando nós chegámos aqui à liderança dos destinos deste Município, eram uns escassos trezentos mil euros. Nós temos sete milhões e meio. Isto é que é importante dizer. É que na questão de dívida, de poupança, mas fundamentalmente de afetação do dinheiro às despesas que são mais adequadas ao desenvolvimento e à valorização das pessoas, nós temo-lo feito. Por isso, temos o reconhecimento aqui deste ranking dos Municípios comparando os Municípios médios. Não estamos a comparar os melhores com os piores, ou quando nós eramos maus e agora somos bons. Estamos a comparar com os da nossa estirpe. Lado a lado, nós temos esta classificação. Agora, quando no passado, comparando a capital e distrito com outras capitais, as congéneres e dos distritos limítrofes, sabíamos bem a décalage, aquilo que foi, cada ano que passava, o afastamento que havia. E, nesse sentido, tenho também a dizer mais uma questão. Eu exerço e exercerei sempre as funções tal qual, ou mais, mas tal qual a independência, a autonomia e a responsabilidade que o senhor Vereador tem no exercício do cargo. Eu também a tenho. É que eu só imagino essa metáfora pela quantidade de água que caiu porque o barco, se tem que andar no mar, é porque há muita água no terreno porque nos andamos com os pés bem assentes na terra. Não preciso dessas metáforas. Porque a mesma autonomia e responsabilidade com que exerço a Presidência, é a mesma com que o senhor exerce a de Vereador e é nesta linha que nós temos que manter o exercício das funções reciprocas.” -----

- **Eduardo Brito, Vereador:** “O senhor Presidente, tem que perceber que a realidade política e social que nos cerca tem muita importância no debate e cada um faz a leitura sobre ele. Não fala que os senhores têm a água mais cara do País...” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Não temos a água mais cara do País.” ----

- **Eduardo Brito, Vereador:** “Eu tenho sempre algum receio. A Câmara da Guarda está recheada de excelentes quadros técnicos para falarem em finanças públicas. Eu quero ouvir falar é de opções políticas.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “É do que temos falado. O orçamento está aí. Demonstra cinquenta e um milhões de opções políticas com noções claras, conceitos e projetos válidos que o senhor Vereador, aliás, naquilo que foi a expressão que o senhor Vereador teve sobre o nosso orçamento: «umas ideiazecas». Ora, isto demonstra claramente a capacidade crítica, a capacidade política para gerir uma Câmara com as expressões que utilizou na análise a um orçamento construtivo, ambicioso, de futuro para a Guarda. É claro que no discurso não nos entendemos e não nos vamos entender. Mas as pessoas estão aí para julgar, ideiazecas não tem a ver com projetos estruturantes para o desenvolvimento. Ideiazecas foi há quarenta anos atrás e a prova está nos dados, nas certificações e nos rankings nacionais. -----

Vou dar a palavra ao senhor Vereador Vítor para dar mais alguma informação sobre a carta do Património Cultural Imaterial do Município da Guarda.”-----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Permita-me que diga que a primeira pergunta que faz o senhor Vereador, de facto, é quase semelhante às perguntas que fazem os jornalistas no final das conferências de imprensa, ou no início: quanto é que custa? Qual é o valor? Eu não vou por aí e vou-lhe explicar aquilo que é útil para todos. É importante claro. Muito importante. Mas não pode, naturalmente, com base naquilo que tem sido também a sua opinião... desculpe, agora estou a falar. O Presidente da Câmara tem ali à frente, podia ter dito. O Presidente da Câmara está a dar à Câmara uma informação de intenção de abertura de um procedimento de um projeto, que já vem de trás, que está previsto nas GOP’s e no Orçamento do Município da Guarda na rúbrica de

iniciativas de dinamização económica. E, portanto, lembrar-se-á o senhor Vereador que na sessão em Gonçalo, o antecessor da senhora Vereadora, atacou e criticou este Executivo por ter falado num projeto e que nunca mais dava luz. Aqui está a informação sobre o procedimento que vai dar à estampa de um dos mais importantes projetos de salvaguarda do Património Imaterial do Concelho da Guarda. E dizer-lhe, até na linha do que o senhor Vereador tem dito, que este Executivo não tem uma estratégia para o mundo rural e que só há festas, que estamos em presença de um projeto e eu queria perguntar-lhe, se concorda ou não. É a pergunta que eu faço, se apoia este projeto. Eu vou dar-lhe esta informação, com certeza. Aquilo que lhe quero dizer é que nós estamos a informar dos objetivos. Estamos a seguir as diretrizes operacionais para aplicação da convenção para a salvaguarda do Património Imaterial da Unesco, que deve conhecer. E se for à Direção Geral do Património Cultural, verá que encontra logo no primeiro eixo estratégico, o conhecimento, o inventário, a salvaguarda, a conservação, a valorização e a divulgação do património cultural imaterial, entre outro, justamente como um dos eixos de estratégia e execução da política museológica em Portugal. Este projeto que aqui estamos a anunciar está na linha estratégica disso e, portanto, nós não estamos a inventar, estamos consolidados num processo que vai demorar catorze meses. Não é alguém que vem para um gabinete e que faz um paper e que está aqui a inventar. Não. É um projeto de trabalho e de levantamento com as comunidades. É sobretudo um projeto de valorização das pessoas e dos seus saberes e que vai, naturalmente, culminar em janeiro ou fevereiro de 2021, assim como esperamos, na apresentação do dossier à Unesco de salvaguarda do cobertor de papa particularmente. Mas o trabalho não é só em redor do cobertor de papa. Haverá várias fases. Começa já em dezembro de 2019 e, nesta primeira fase, que dura um ano, será de produção de um inventário de catálogo dos bens culturais

imateriais presentes no Concelho da Guarda, suportado por uma consulta de bibliografia, de arquivo, de trabalho de terreno, sobretudo porque há muita coisa por fazer e este trabalho tem, sobretudo, uma vocação de registo gráfico, sonoro e áudio visual que vai robustecer este produto cultural que vai resultar deste projeto. Esta é a primeira fase. Serão construídos registos das manifestações que poderão ser arquivadas em base de dados. Isto tem uma dimensão também educativa e pedagógica que, depois, em breve, anunciaremos outro projeto que estamos a fazer em parceria, no Executivo, o Pelouro da Cultura e da Educação. Os bens culturais imateriais a inventariar serão todos aqueles que as comunidades reconhecerem. Serão passíveis de inscrição depois no inventário nacional de património cultural imaterial de acordo com as normas vigentes. Isto é um trabalho que estava por fazer. É um trabalho importante e que vem robustecer, queria também dizer isto, naturalmente um dos eixos fundamentais da candidatura da Guarda, Capital Europeia da Cultura que, como verá no final desta reunião, não desistimos e vamos afirmá-la com grande veemência e com grande força. Depois, dizer que, na segunda fase do processo, entre março e agosto de 2020, será instruído o dossier com o pedido de uma inscrição do fabrico do cobertor de papa neste inventário nacional, sem prejuízo que se possa fazer também com base noutros recursos do património e o trabalho vai ditar isso mesmo. A terceira fase deste projeto, entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, será instruído o dossier com o pedido à Unesco de inscrição de património cultural imaterial com necessidade de salvaguarda urgente do fabrico, e não apenas do cobertor como produto final, mas sobretudo do processo de fabrico, de toda a história que está por trás deste grande património concelhio e do património que está associado, dando particular ênfase às questões do património genético e de todos os domínios associados à pastorícia, com o que isto tem também de relevância para outras frentes que nós iremos e que

estamos a explorar. Aliás, a Feira Farta, que os senhores sempre criticaram, é uma festa mas está visto que não é apenas uma festa e tem promovido e tem reforçado... Mas considere que se não tivéssemos feito a Feira Farta não estaríamos, se calhar, a refletir sobre isto, não teríamos feito o percurso. Com certeza que cabe-vos a vocês, no plano político, criticar. Mas a Guarda precisa de postura proactivas, positivas para o nosso futuro comum e é esse o nosso papel e é por isso que estamos aqui. Todo este processo será suportado por propostas de salvaguarda no âmbito do património. É um projeto que tem estas três fases e que será dirigido por um dos mais conceituados Antropólogos portugueses, com um curriculum que fala por si e considerado um dos maiores especialistas, não só em Portugal, mas também fora de Portugal. Aliás, acaba de fazer a proposta da Morna e que foi agora reconhecida pela Unesco como Património Imaterial e foi também, um processo conduzido por ele. É alguém absolutamente inquestionável sob o ponto de vista do seu perfil profissional. Não se trata aqui de escolhas aleatórias, nem por gostos, nem pela cor do olhos ou coisa que o valha. E, de facto, pelo perfil que ele apresenta. E ele não vai trabalhar sozinho, tem uma equipa que vai conduzir na recolha, no trabalho e que vai ser, só por si, um processo importante e de envolvimento participativo das comunidades, das freguesias e das associações neste projeto. E não é apenas um documento que alguém fará num escritório em Lisboa, ou onde quer que seja, para trabalhar este projeto. É a informação que eu queria dar a esta Câmara. Naturalmente, que se o senhor Presidente entender dar os valores daquilo que já está previsto em orçamento...”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Trinta e cinco mil euros, na base.”-----

- **Eduardo Brito, Vereador:** “Isto está cheio de ideias interessantes. Tudo o que seja valorizar é ótimo e faz bem. Esta atenção ao mundo rural só peca por tardia,

mas vale mais tarde do que nunca. Se as pessoas inverterm a estratégia e deixarem, no nosso ponto de vista...” -----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “Só falta dizer que, provavelmente, andamos a reboque do PS. O PS teve muitos anos para fazer este trabalho e não o fez. Eu tenho ouvido mais do que falo e é essa uma das virtudes. E o senhor Presidente disse aqui, estamos a fazer esse trabalho de formiguinha.”-----

- **Eduardo Brito, Vereador:** “Mas não podem desvalorizar os outros. Nós ficamos sempre muito satisfeitos se isto tiver resultados. Nós estamos concentrados nos resultados. Deem-nos os documentos que nos permitam analisar. As orientações já existem.”-----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “Com certeza. Na próxima reunião serão informados.”

DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO

- Auto de Receção Provisória da Empreitada “Construção de Acesso Pedonal Coberto entre o Parque de Estacionamento Coberto e a Entrada Principal do TMG”.-----

ORDEM DO DIA

Ponto 1 – Aquisição de Serviços e Conceção, Implementação e Produção do Evento “Guarda, A Cidade Natal 2019” – Apreciação do Relatório Final – Adjudicação – Aprovação da Minuta do Contrato: ----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

Proposta PCM n.º155/2019

Considerando que: -----

Em sete de novembro de dois mil e dezanove, o júri do procedimento elaborou o relatório final de análise de propostas nos termos do artigo 148.º do código dos contratos públicos.-----

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere: -----

Aprovar, nos termos do disposto no n.º4 do artigo 148.º do código dos contratos públicos, as propostas contidas no relatório final nomeadamente para efeitos de adjudicação da “Aquisição de Serviços de Conceção, Implementação e Produção do Evento “Guarda, A Cidade Natal 2019” à Empresa ProspiritEvents Lda., pelo valor de 187 000,00€ (cento e oitenta e sete mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor com o prazo de execução de 18 de novembro de 2019 até 28 de dezembro de 2019).-----

Aprovar, nos termos do disposto no n.º1do artigo 98.º do código dos contratos públicos a minuta do contrato.” -----

O relatório final considera-se integralmente reproduzido fazendo parte integrante desta ata a fica anexo ao respetivo processo. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta e adjudicar a prestação de serviços à empresa ProspiritEvents Lda., pelo montante de 187 000,00€ (cento e oitenta e sete mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor e pelo prazo de 18 de Novembro até 28 de Dezembro de 2019.-----

Deliberou ainda aprovar a minuta do contrato. -----

Ponto 2 – Ampliação do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia – Apreciação do Relatório Final – Adjudicação –

Aprovação da Minuta do Contrato: -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

Proposta PCM n.º154/2019

Considerando que: -----

Em cinco de novembro de dois mil e dezanove, o júri do procedimento elaborou o relatório final de análise de propostas nos termos do artigo 148.º do código dos contratos públicos. -----

No âmbito da audiência prévia dos concorrentes, não foi apresentada nenhuma reclamação.-----

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere: -----

- Aprovar, nos termos do disposto no n.º4 do artigo 148.º do código dos contratos públicos, todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação da “Ampliação do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia”, à empresa Biosfera Construções Unipessoal Lda., pelo valor de 198 099,98€ (cento e noventa e oito mil e noventa e nove euros e noventa e oito cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de 240 dias.-----

- Aprovar, nos termos do disposto no n.º1do artigo 98.º do código dos contratos públicos a minuta do contrato.-----

- Designar o gestor do contrato nos termos do artigo 290.º A do CCP.”-----

O relatório final considera-se integralmente reproduzido fazendo parte integrante desta ata a fica anexo ao respetivo processo. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta e adjudicar a obra à empresa Biosfera Construções Unipessoal Lda., pelo montante de 198 099,98€ (cento e noventa e oito mil e noventa e nove euros e noventa e oito cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor e com um prazo de 240 dias. ---

Deliberou ainda aprovar a minuta do contrato e nomear como gestora a senhora Engenheira Mónica Brás. -----

**Ponto 3 – Intervenção Rede Viária – Porto da Carne – Castanheira –
Monteiros – Ribeira dos Carinhos e Montes – Concurso Público –
Aprovação das Formalidades do Procedimento – Ratificação:-----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta do senhor Vice-Presidente do seguinte teor:-----

Proposta VPCM n.º323/2019

Considerando:-----

1 – A necessidade de abertura de procedimento concursal para a empreitada de “Intervenção na Rede Viária - Porto da Carne, Castanheira, Monteiros, Ribeira dos Carinhos e Montes”, estimada em 340 390,00 € (trezentos e quarenta mil e trezentos e noventa euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor; -----

2 – O Município da Guarda pretende dar continuidade às requalificações e reparações na rede viária resultado de danos decorrentes no mês de Outubro de 2017 na Região Centro;-----

3 – Que a CCDR Centro na sua comunicação de Fevereiro de 2018, apurou e comunicou ao Município da Guarda o valor previsível da despesa elegível aos fundos comunitários, estando a decorrer neste momento a reorganização das candidaturas;-----

4 – Foi dado conta pela CCDR Centro da abertura de candidaturas aos fundos comunitários, torna-se necessário lançar mão dos procedimentos administrativos necessário em termos de contratação pública, para determinarem a maturidade da candidatura e deste modo serem reposta as condições de segurança na rede viária municipal afetada.-----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara que se digne remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar:-----

A ratificação, nos termos do n.º.3 do artigo 35º da Lei n.º.75/2013 de 12 de setembro, da decisão tomada pelo Sr. Vice-Presidente, em suplência, no dia 6 de novembro de dois mil e dezanove, ao abrigo do artigo 42º do CPA, designadamente autorização da despesa, da decisão de contratar e aprovação das peças do procedimento, de consulta prévia, “Intervenção na Rede Viária - Porto da Carne,

Castanheira, Monteiros, Ribeira dos Carinhos e Montes”, nos termos dos artigos 36º e 40º do CCP, retroagindo os efeitos da ratificação à data do ato a que respeita, nos termos do disposto no nº.4 e 5 do artigo 164º do CPA.”-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho que aprovou a abertura do procedimento nos termos da proposta e nomear o seguinte Júri, devendo o presidente nas suas faltas ou impedimento ser substituído pelo 1º vogal efetivo.-----

Membros efetivos:-----

Presidente – Filipa Tadeu-----

1º Vogal – Manuel Pinto-----

2º Vogal – Cristina Tadeu-----

Suplentes:-----

1º Vogal – Sónia Ribeiro-----

2º Vogal – Carlos Costa.-----

Ponto 4 - Intervenção na Rede Viária - Monte Vasco - Aldeia do Bispo - Panoias e Vela - Concurso Público - Aprovação das Formalidades do Procedimento – Ratificação:-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta do senhor Vice-Presidente do seguinte teor:-----

Proposta VPCM n.º324/2019

Considerando:-----

1 – A necessidade de abertura de procedimento concursal para a empreitada de “Intervenção na Rede Viária - Monte Vasco, Aldeia do Bispo, Panoias e Vela”, estimada em 343 370,00 € (trezentos e quarenta e três mil trezentos e setenta euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor;-----

2 – O Município da Guarda pretende dar continuidade às requalificações e reparações na rede viária resultado de danos decorrentes no mês de Outubro de 2017 na Região Centro;-----

3 – Que a CCDR Centro na sua comunicação de Fevereiro de 2018, apurou e comunicou ao Município da Guarda o valor previsível da despesa elegível aos fundos comunitários, estando a decorrer neste momento a reorganização das candidaturas;-----

4 – Foi dado conta pela CCDR Centro da abertura de candidaturas aos fundos comunitários, torna-se necessário lançar mão dos procedimentos administrativos necessário em termos de contratação pública, para determinarem a maturidade da candidatura e deste modo serem resposta as condições de segurança na rede viária municipal afetada.-----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara que se digne remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar:-----

A ratificação, nos termos do nº.3 do artigo 35º da Lei nº.75/2013 de 12 de setembro, da decisão tomada pelo Sr. Vice-Presidente, em suplência, no dia 6 de novembro de dois mil e dezanove, ao abrigo do artigo 42º do CPA, designadamente autorização da despesa, da decisão de contratar e aprovação das peças do procedimento, de consulta prévia, “Intervenção na Rede Viária - Monte Vasco, Aldeia do Bispo, Panoias e Vela”, nos termos dos artigos 36º e 40º do CCP, retroagindo os efeitos da ratificação à data do ato a que respeita, nos termos do disposto no nº.4 e 5 do artigo 164º do CPA.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho que aprovou a abertura do procedimento nos termos da proposta e nomear o seguinte Júri,

devendo o presidente nas suas faltas ou impedimento ser substituído pelo 1º vogal efetivo.-----

Membros efetivos:-----

Presidente – Filipa Tadeu -----

1º Vogal – Manuel Pinto-----

2º Vogal – Cristina Tadeu -----

Suplentes: -----

1º Vogal – Sónia Ribeiro-----

2º Vogal – Carlos Costa. -----

Ponto 5 - Substituição do Sistema de Distribuição Pública de Água e Respetiva Pavimentação em Cerdeiral - Panoias de Baixo e Paiviegas - Concurso Público - Aprovação das Formalidades do Procedimento – Ratificação: -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta do senhor Vice-Presidente do seguinte teor:-----

Proposta VPCM n.º325/2019

Considerando:-----

1 – A necessidade de abertura de procedimento concursal para a empreitada de “Substituição de sistema de distribuição Pública de água e respetiva pavimentação de Cerdeiral - Panoias de Baixo e Paiviegas”, estimada em 338 768,78 € (trezentos e trinta e oito mil setecentos e sessenta e oito euros e setenta e oito cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.-----

2 – O Município da Guarda pretende dar continuidade às requalificações e reparações na rede viária resultado de danos decorrentes no mês de Outubro de 2017 na Região Centro;-----

3 – Que a CCDR Centro na sua comunicação de Fevereiro de 2018, apurou e comunicou ao Município da Guarda o valor previsível da despesa elegível aos fundos comunitários, estando a decorrer neste momento a reorganização das candidaturas;-----

4 – Foi dado conta pela CCDR Centro da abertura de candidaturas aos fundos comunitários, torna-se necessário lançar mão dos procedimentos administrativos necessário em termos de contratação pública, para determinarem a maturidade da candidatura e deste modo serem repostas as condições de serviço nas condutas de distribuição pública de água e segurança na rede viária municipal afectada. -----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara que se digne remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar:-----

A ratificação, nos termos do nº.3 do artigo 35º da Lei nº.75/2013 de 12 de setembro, da decisão tomada pelo Sr. Vice-Presidente, em suplência, no dia 6 de novembro de dois mil e dezanove, ao abrigo do artigo 42º do CPA, designadamente autorização da despesa, da decisão de contratar e aprovação das peças do procedimento, de consulta prévia, “Substituição de sistema de distribuição Pública de água e respetiva pavimentação de Cerdeiral - Panoias de Baixo e Paiviegas”, nos termos dos artigos 36º e 40º do CCP, retroagindo os efeitos da ratificação à data do ato a que respeita, nos termos do disposto no nº.4 e 5 do artigo 164º do CPA.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho que aprovou a abertura do procedimento nos termos da proposta e nomear o seguinte Júri, devendo o presidente nas suas faltas ou impedimento ser substituído pelo 1º vogal efetivo.-----

Membros efetivos:-----

Presidente – Filipa Tadeu-----

1º Vogal – Carlos Costa -----

2º Vogal – Cristina Tadeu -----

Suplentes: -----

1º Vogal – Sónia Ribeiro -----

2º Vogal – Manuel Pinto. -----

Ponto 6 - Substituição do Sistema de Distribuição Pública de Água e Respetiva Pavimentação em Vila Mendo e Arraiaio - Concurso Público

- Aprovação das Formalidades do Procedimento – Ratificação:-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta do senhor Vice-Presidente do seguinte teor:-----

Proposta VPCM n.º326/2019

Considerando:-----

1 – A necessidade de abertura de procedimento concursal para a empreitada de “Substituição de sistema de distribuição Pública de água e respetiva pavimentação de Vila Mendo e Arraiaio”, estimada em 344 439,28 € (trezentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e trinta e nove euros e vinte e oito cêntimos) ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor;-----

2 – O Município da Guarda pretende dar continuidade às requalificações e reparações na rede viária resultado de danos decorrentes no mês de Outubro de 2017 na Região Centro;-----

3 – Que a CCDR Centro na sua comunicação de Fevereiro de 2018, apurou e comunicou ao Município da Guarda o valor previsível da despesa elegível aos fundos comunitários, estando a decorrer neste momento a reorganização das candidaturas;-----

4 – Foi dado conta pela CCDR Centro da abertura de candidaturas aos fundos comunitários, torna-se necessário lançar mão dos procedimentos administrativos

necessário em termos de contratação pública, para determinarem a maturidade da candidatura e deste modo serem repostas as condições de serviço nas condutas de distribuição pública de água e segurança na rede viária municipal afetada.-----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara que se digne remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar:-----

A ratificação, nos termos do nº.3 do artigo 35º da Lei nº.75/2013 de 12 de setembro, da decisão tomada pelo Sr. Vice-Presidente, em suplência, no dia 6 de novembro de dois mil e dezanove, ao abrigo do artigo 42º do CPA, designadamente autorização da despesa, da decisão de contratar e aprovação das peças do procedimento, de consulta prévia, “Substituição de sistema de distribuição Pública de água e respetiva pavimentação de Vila Mendo e Arraiaio”, nos termos dos artigos 36º e 40º do CCP, retroagindo os efeitos da ratificação à data do ato a que respeita, nos termos do disposto no nº.4 e 5 do artigo 164º do CPA.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho que aprovou a abertura do procedimento nos termos da proposta e nomear o seguinte Júri, devendo o presidente nas suas faltas ou impedimento ser substituído pelo 1º vogal efetivo.-----

Membros efetivos:-----

Presidente – Filipa Tadeu -----

1º Vogal – Carlos Costa -----

2º Vogal – Cristina Tadeu -----

Suplentes:-----

1º Vogal – Sónia Ribeiro-----

2º Vogal – Manuel Pinto.-----

Ponto 7 - Caminhos de Acesso e Estacionamento - Passadiços do Mondego - Fase 1 - Concurso Público - Aprovação das Formalidades do

Procedimento:-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta do senhor Vice-Presidente do seguinte teor:-----

Proposta VPCM n.º329/2019

Considerando:-----

1 - A necessidade de abertura de procedimento concursal para a empreitada de “Caminhos de acesso e estacionamento – Passadiços do Mondego – Fase 1”, estimada em 344 205,75€ (trezentos e quarenta e quatro mil duzentos e cinco euros e setenta e cinco cêntimos) acrescida da taxa de IVA.-----

2 – Que a empreitada de construção dos Passadiços do Vale do Mondego, mereceu visto do Tribunal de Contas, estando em fase de preparação o arranque dos trabalhos; -----

3 – A necessidade de executar parques de estacionamento e bons acessos a “pontos-chave” dos passadiços para facilitar o salvamento e socorro ou a extinção de fogo, tendo em vista a salvaguarda de pessoas e bens.-----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Sr. Presidente de Câmara que se digne remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar:-----

1 – Aprovar o projeto de arquitetura e projetos de especialidade, para o “Caminhos de acesso e estacionamento – Passadiços do Mondego – Fase 1”;-----

2 – Aprovar as peças do procedimento, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos;-----

3 – Decidir autorizar a despesa, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos;-----

4 – Decidir, nos termos do artigo 38º do Código dos Contratos Públicos, adotar o procedimento de concurso público para a formação do contrato; -----

5 - Designar de acordo com o artigo 67º o júri que conduzirá o procedimento e delegar no mesmo as competências, nos termos do artigo 109º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, as competências previstas no artigo 69º do Código dos Contratos Públicos, constante da informação em anexo e que faz parte integrante da presente proposta.”-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os termos da proposta, procedendo em conformidade e nomear o seguinte Júri, devendo o presidente nas suas faltas ou impedimento ser substituído pelo 1º vogal efetivo.-----

Membros efetivos:-----

Presidente – Pedro Almeida -----

1º Vogal – Horácio Brás -----

2º Vogal – Victor Gama -----

Suplentes: -----

1º Vogal – Helena Granjo -----

2º Vogal – Teresa Fernandes. -----

Ponto 8 - Remodelações e Prolongamentos das Redes de Infraestruturas Hidráulicas no Concelho da Guarda - Concurso Público - Aprovação das Formalidades do Procedimento: -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta do senhor Vice-Presidente do seguinte teor:-----

Proposta VPCM n.º321/2019

Considerando:-----

1 - Existe a necessidade de abertura de procedimento para a empreitada de **”Remodelações e Prolongamentos das Redes de Infraestruturas Hidráulicas no Concelho da Guarda”**, estimada em 334 697,02 € acrescida da taxa de IVA;---

2 - A Autarquia não dispõe de meios humanos suficientes para garantir a quantidade de ramais domiciliários de abastecimento de água e de ligação à rede de águas residuais domésticas, solicitados diariamente por munícipes, em que estes só se podem concretizar com prolongamentos de redes de condutas de distribuição de água e de coletores, bem como a remodelação de coletores antigos que necessitam urgentemente de intervenção no terreno, por forma a minimizar ruturas dos mesmos.-----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara que se digne remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de esta deliberar: -----

1 - Aprovar as peças do procedimento, nos termos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos;-----

2 - Decidir contratar nos termos e fundamentos da informação técnica em anexo que faz parte integrante da presente proposta, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos;-----

3 - Decidir, nos termos do artigo 38º do Código dos Contratos Públicos, adotar o procedimento de concurso público para a formação do contrato; -----

4 - Designar de acordo com o artigo 67º o júri que conduzirá o procedimento e delegar no mesmo as competências, nos termos do artigo 109º, nº 1 do Código dos Contratos Públicos, as competências previstas no artigo 69º do Código dos Contratos Públicos.”-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os termos da proposta, procedendo em conformidade e nomear o seguinte Júri, devendo o presidente nas suas faltas ou impedimento ser substituído pelo 1º vogal efetivo.-----

Membros efetivos:-----

Presidente – Filipa Tadeu Pires -----

1º Vogal – Carlos Costa -----

2º Vogal – Isabel Tadeu -----

Suplentes: -----

1º Vogal – Horácio Brás -----

2º Vogal – Teresa Augusta Anjos Fernandes. -----

Ponto 9 - Conservação de Pavimentos 2020 - Concurso Público -

Aprovação das Formalidades do Procedimento: -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta do senhor Vice-Presidente do seguinte teor:-----

Proposta VPCM n.º322/2019

Considerando que: -----

- 1 - Existe a necessidade de abertura de procedimento para a empreitada de, “Conservação de Pavimentos 2020” estimada em 347 574,99 € (trezentos e quarenta e sete mil quinhentos e setenta e quatro euros e noventa e nove cêntimos), acrescida da taxa de IVA, devidamente prevista no orçamento para 2020; -----
- 2 - A situação atual, tem sido objeto de inúmeras reclamações por parte de munícipes, pois a condução torna-se perigosa e existem danos para os veículos;-----
- 3 - Que é imperioso levar a cabo esta intervenção, corrigindo pequenas patologias nas vias de circulação rodoviária, prolongando a vida útil das mesmas.-----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara que se digne remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de esta deliberar: -----

1 - Aprovar as peças do procedimento, nos termos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos;-----

2 - Decidir contratar nos termos e fundamentos da informação técnica em anexo que faz parte integrante da presente proposta, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos;-----

3 - Decidir, nos termos do artigo 38º do Código dos Contratos Públicos, adotar o procedimento de concurso público para a formação do contrato; -----

4 - Designar de acordo com o artigo 67º o júri que conduzirá o procedimento e delegar no mesmo as competências, nos termos do artigo 109º, nº 1 do Código dos Contratos Públicos, as competências previstas no artigo 69º do Código dos Contratos Públicos.”-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os termos da proposta, procedendo em conformidade e nomear o seguinte Júri, devendo o presidente nas suas faltas ou impedimento ser substituído pelo 1º vogal efetivo.-----

Membros efetivos:-----

Presidente – Filipa Tadeu -----

1º Vogal – Manuel Pinto-----

2º Vogal – Horácio Brás -----

Suplentes: -----

1º Vogal – Isabel Tadeu-----

2º Vogal – Teresa Fernandes.-----

Ponto 10 - Substituição do Sistema de Distribuição Pública e Respetiva Pavimentação em Aldeia de Santa Madalena - Monte Vasco - Trabalhos Complementares: -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta do senhor Vice-Presidente do seguinte teor: -----

Proposta VPCM n.º328/2019

Considerando que: -----

- 1 – Da empreitada “Substituição de Sistema de Distribuição Pública e Respetiva Pavimentação na Aldeia de Stª Madalena - Monte Vasco”, adjudicada à empresa “OPUALTE – Construções, S.A.”; pelo valor de 300 404,27€, verificou-se a necessidade de executar trabalhos complementares, de acordo com o previsto no artigo 370º, n.º1, do Código dos Contratos Públicos na atual redação, cuja espécie não consta do contrato inicial e que se tornam necessários, na sequência de circunstâncias não previstas, para a boa conclusão da obra e estritamente necessários para garantia do interesse público (não colocar o causa o abastecimento de água às populações em caso de avarias); -----
- 2 – A realização de trabalhos, (devidamente fundamentada, na informação técnica que faz parte integrante da presente proposta) resultado de circunstâncias não previstas, ascende aos 3 467,63€, a que corresponde uma percentagem relativamente ao contrato inicial de 1,15%, inferior portanto ao máximo estipulado pelo Código dos Contratos públicos no artigo 370º, n.º1, alínea b), que são 10%; ---
- 3 - Os trabalhos complementares não excedem os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, devendo os mesmos ser reduzidos a escrito, nos termos do artigo 374º do Código dos Contratos Públicos. -----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Sr. Presidente de Câmara que se digne remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar:-----

1 – Aprovar os trabalhos resultantes de circunstâncias não previstas no valor de 3 467,63 € ao qual acresce a taxa de IVA em vigor, a que corresponde uma percentagem relativamente ao contrato inicial de 1,15%, inferior portanto ao máximo estipulado pelo Código dos Contratos públicos no artigo 370º, n.º 1, alínea b), que são 10%;” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos não previstos no montante de 3 467,63€ (três mil quatrocentos e sessenta e sete euros e sessenta e três cêntimos) nos termos da proposta. -----

Ponto 11 - Requalificação de Polidesportivos e Edifícios de Apoio do Município da Guarda - Aprovação do Novo Plano de Trabalhos e Prorrogação do Prazo de Execução: -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta do senhor Vice-Presidente do seguinte teor:-----

Proposta VPCM n.º330/2019

Considerando que:-----

1 – A empreitada de obra pública, adjudicada à firma Vetor Plano., e o prazo de execução (180 dias) inicialmente previsto e objeto de contrato foi ultrapassado;-----

2 – As dificuldades na execução dos trabalhos, bem como um atraso na entrega do equipamento de rega para o campo, não permitiram o normal desenrolar dos mesmos;-----

3 – As condições climatéricas adversas no decorrer da empreitada, o condicionamento dos trabalhos a executar nos polidesportivos junto a edifícios escolares pela sua utilização em tempo lectivo;-----

4 - Tais fatos, pela sua própria natureza, são externos às partes, e, portanto, não são imputáveis nem a uma, nem a ambas; -----

5 – Ambas as partes reconhecem que estas ocorrências tiveram como consequência a impossibilidade de conclusão dos trabalhos dentro do cronograma previsto; -----

6 – A empresa encontra-se no local a dar continuidade aos trabalhos para conclusão do contrato e enviou um novo plano de trabalhos atualizado, com previsão de conclusão de todos os trabalhos, no prazo de 65 dias, que se anexa e faz parte integrante desta proposta; -----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Sr. Presidente de Câmara que se digne remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar:-----

– Aprovar o novo plano de trabalhos proposto pelo empreiteiro e respetiva prorrogação de prazo de 65 dias, por uma única vez, de acordo com o disposto no artigo 361º do Código dos Contratos Públicos.”-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o novo plano de trabalhos e prorrogar o prazo de execução da obra por mais 65 dias. -----

Ponto 12 - Processo Disciplinar N.º2/2019 - Discussão e Votação: -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

Proposta PCM n.º153/2019

Considerando que: -----

Por meu despacho de 13.07.2019 foi instaurado processo disciplinar à trabalhadora desta Câmara Municipal identificada nos autos. -----

O referido processo (Processo n.º2/2019) correu os seus trâmites e foi relatado no mesmo dia da abertura de conclusão dos autos 31.10.2019.-----

Em cumprimento do n.º3 do artigo 219.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º35/2014, de 20 de Junho, na sua

redação vigente, a instrutora, nomeada mediante o despacho já referido, remeteu-me todo o processo para decisão (conforme ofício registado n.º25481 de 31/10/2019).-----

No entanto, sendo o órgão executivo a entidade competente para decidir, ao abrigo do n.º4 do artigo 197.º da LGTFP, tem o processo de ser submetido à Câmara Municipal, o que faço mediante a presente proposta, tendo sido oportunamente aposto despacho de remessa a este órgão no ofício acima identificado, em cumprimento do disposto no n.º3 do artigo 219.º da LGTFP.-----

Considerando o exposto, atento todo o processo e o Relatório Final, reunidas que estão as condições para proferir decisão, proponho ao órgão executivo: -----

- a) Que seja homologado o Relatório Final do Processo Disciplinar n.º2/2019; -----
- b) Que seja aplicada à trabalhadora, de acordo com as disposições conjugadas dos artigos 180.º n.º1 alínea c), 181.º n.º3 e 4, 186.º e 189.º, todos da LGTFP, a aplicação da pena de suspensão durante 20 dias. -----
- c) Que nos termos do disposto no n.º1 e no n.º2 do artigo 192.º da mesma Lei, a referida pena de suspensão seja suspensa pelo período de um ano, contado da data da notificação da decisão à trabalhadora, suspensão essa que caducará se a trabalhadora vier, no decurso desse período, a ser condenada novamente em sede de processo disciplinar.”-----

O relatório final considera-se integralmente reproduzido fazendo parte integrante desta ata e fica anexo ao respetivo processo. -----

A Câmara, após análise do processo, e votação por escrutínio secreto, deliberou por maioria, com quatro votos a favor e duas abstenções, concordar com o teor do relatório final e proceder em conformidade com o proposto no mesmo.-----

A senhora Vereadora Cecília Amaro não participou na discussão e votação deste assunto. -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Por fim, ainda queria tocar aqui num outro assunto. Nós queríamos transmitir, ainda sobre a Capital Europeia da Cultura, é feito o anúncio aqui, pela primeira vez, do novo Coordenador Executivo. Nas próximas reuniões traremos à reunião de Câmara a proposta final para a criação da estrutura formal da Equipa de Projeto, de que passa ser Coordenador o Arquiteto Pedro Gadanho e respetiva a equipa. A colaboração do mandato, os objetivos a alcançar e também a constituição do Conselho Estratégico, Conselho Geral e da Comissão de Honra que será objeto de uma formalização. Aquela questão que anteriormente tinha sido referida, nós concluímo-la agora com a designação de Pedro Gadanho, que foi o antigo Diretor do Museu de Artes Contemporânea e Tecnológica em Lisboa. É uma pessoa que tem um trajeto e um reconhecimento profissional, científico, cultural nesta área. Tem uma dimensão também internacional e, portanto, será como nós trabalhamos para concluir este processo que agora também se inicia, a designação para Coordenador Executivo do Arquiteto Pedro Gadanho. E era essa nota que queria transmitir.”-----

- **Vitor Amaral, Vereador:** “Querida entregar ao senhor Vereador aquilo que pediu. O material produzido pelo anterior Coordenador.”-----

ENCERRAMENTO

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de executoriedade imediata. -----

Não havendo mais nada a tratar o senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezasseis horas e trinta e oito minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente, e por mim, Diretora do Departamento de Administração e Coordenação Geral, que a subscrevi.-----